

PAINEL S.A. | **Julio Wiziack**

panela@guafolha.com.br

Haja vaga

Se o concurso para novas contratações de nível técnico da Petrobras fosse um vestibular, ele seria mais disputado que o de medicina da USP. A Petroleira recebeu, até segunda (15), 99.402 inscrições para 916 cargos — média de 108 candidatos por vaga. Em 2023, a Fuvest, que seleciona alunos para a USP, contou com 99.573 inscritos, sendo 24.749 para medicina em São Paulo, Ribeirão Preto e Bauri — 101 postulantes por vaga.

FUNIL. A disputa só foi maior na USP do que na Petroleira para os interessados em ficar na capital (118 por vaga). Para as unidades de Ribeirão Preto e Bauri, essa média foi de 87 e 63, respectivamente.

ATRAATIVO. No pacote de contratação da Petrobras, o salário inicial é de R\$ 5,8 mil e prevê benefícios, como presen-

ça privada, plano de saúde e participação nos lucros. As inscrições são feitas pelo site do Cefrape. As provas estão marcadas para 24 de março.

COM MENOS. Uma das promessas do presidente Lula na campanha eleitoral foi parcialmente cumprida. Ao menos em São Paulo, fazer um churrasco ficou mais barato no primeiro ano de seu mandato. O preço da carne bovina ficou 1% mais barato no estado, após um período de altas na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, que levou o

povo a trocar carne por ovo.

...SANGUE. A queda de preço foi registrada em todos os cortes. A picanha, preferida por Lula, fechou 2023 custando 10,5% menos do que no início do ano, enquanto a costela caiu 12%. A fraldinha teve queda menos acentuada, 8,4%. A pesquisa foi realizada pela Fipec e a Associação Paulista dos Supermercados.

...CHAMAR. Montadoras nacionais e até estrangeiras se articulam para que o BNDES lance um programa de financiamento a projetos de veículos híbridos. A maior pres-

ença vem da ala de caminhões e ônibus. As conversas ocorrem entre cada montadora e o Ministério do Desenvolvimento. Também envolvem a Casa Civil e a Andara, que representa as montadoras nacionais, não entrou em campo.

...DE SE. Executivos do BNDES afirmam que não haverá um programa específico. Dizem que já existe uma linha indicadora pela Triliza Referencial e possibilidades via Fundo Clima e Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico.

MARÉ. Balanço da ATP (As-

sociação de Terminais Portuários Privados) mostra que, em 2023, as exportações por navios totalizaram US\$ 300 bilhões, um aumento de 1,6% em relação a 2022. Hoje, os portos privados respondem por 65% das vendas externas.

...ALTA. O saldo do período foi de US\$ 150 bilhões, porque houve uma redução de 14% nas importações. Analistas de mercado afirmam que isso mostra que a indústria, especialmente, parou de importar insumos necessários ao processo produtivo diante da baixa previsão de crescimento da economia.

com Diego Felix

Governo estuda subsídio para conta de luz, diz Silveira

Ministro defende petróleo como parte de transição energética e ataca privatizações

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Luciana Coelho

DAVOS (SUÍÇA) O governo Lula (PT) estuda um modelo de subsídios para diminuir o impacto da transição energética na conta de luz, afirmou o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), que está em Davos para vender o Brasil como uma potência dos combustíveis verdes.

"Estamos estudando alternativas", disse Silveira à Folha. Lula tem criticado de forma recorrente a diferença entre os valores pagos pelos grandes consumidores (empresas) no mercado livre de energia, enquanto aqueles com que

arca o consumidor comum. "Não quero chamar de subsídio, quero chamar de como nós vamos financiar o impacto que a transição energética [na conta] de luz, e como nós vamos poder continuar a financiar de forma tal que não abra espaço para continuar avançando na transição sem perder vigor na economia". Segundo o ministro, se o governo tiver recursos para estimular as fontes renováveis sem afetar a economia com o aumento da conta de energia, o Brasil será o "celeiro de descarbonização do planeta". Essa verba, a seu ver, poderia vir do petróleo. Embora diga que "os biocombustíveis serão para o Brasil o que é o

petróleo é para a Arábia Saudita", o ministro vê na exploração de combustíveis fósseis na floresta do rio Amazonas, ainda sob estudo de impactos ambientais, uma espécie de "hedge" na transição energética. Transição energética e crise climática são os temas mais presentes da reunião anual do Fórum Econômico Mundial em Davos, onde Silveira está com Marina Silva (Meio Ambiente) para apresentar o país como destino obrigatório aos que se propõem a usar apenas energia limpa.

Apesar da convergência dos discursos durante o evento, enquanto Marina hesita para justificar o uso de combustíveis fósseis, Silveira enxerga nisso uma espécie de compensação, e chama de "neocolonialismo" a crítica de países ricos, como a França, a ventura al prospeção na costa equatorial brasileira, perto da foz do maior rio do país.

O ministro diz que, por um lado, o litão de uma lei ambiental brasileira ser rígida para pesquisa e exploração de petróleo encarece a operação petrolífera, e, por outro, o combustível ainda pode ser usado por mais duas ou três décadas, enquanto os atuais reservatórios em exploração no país devem entrar em declínio antes de 2030, segundo o estado da Petrobras. "Não há ninguém que possa bater o martelo em quanto tempo a transição energética se dará de forma efetiva.



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, no Fórum Econômico Mundial, em Davos

Quando eu vejo uma coisa mais contextual, aposto que o petróleo ainda vai ser uma fonte energética importante entre 20 e 30 anos." Silveira defende também maior integração energética no continente, via linhas de transmissão, com os países que fazem fronteira ao norte — caso de Venezuela e eventualmente Colômbia e Bolívia. A compra de energia da Ve-

nezuela foi suspensa sob Jair Bolsonaro e teve a retomada autorizada no governo Lula. Além das questões ideológicas por trás das discussões nas duas gestões, o país vizinho falhava ao fornecer energia à Boraima, com recorrentes quedas na luz. Reportagem recente da Folha mostrou ainda que o preço liberado pelo atual governo para a importação de ener-

“Não quero chamar de subsídio, quero chamar de como nós vamos financiar o impacto que a transição energética [terá] na conta [de luz], e como nós vamos poder continuar a financiar de forma tal que nos abra espaço para continuar avançando na transição sem perder vigor na economia

Não há ninguém que possa bater o martelo em quanto tempo a transição energética se dará de forma efetiva. Quando eu vejo uma coisa mais contextual, aposto que o petróleo ainda vai ser uma fonte energética importante entre 20 e 30 anos

Alexandre Silveira ministro de Minas e Energia, em Davos

gia do regime chavista é maior que o das gestões Bolsonaro, do próprio PT e de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Indagado sobre as negociações com o Paraguai a respeito da tarifa que o Brasil paga pela energia de Itaipu, e que o Paraguai pressiona para elevar, Silveira diz que considera o preço atual adequado.

O ministro também criticou as privatizações no setor de energia, evocando o que considera um risco à segurança energética. Porém, elogiou os leilões de linhas de transmissão realizados pelo governo Lula nos últimos meses. Para Silveira, é preciso melhorar a regulação e, em alguns casos, usar instrumentos legais disponíveis para forçar as empresas a cumprir compromissos. Questionado se a retirada das empresas da prestação de serviços públicos seria um desses instrumentos, ele diz que sim. A judicialização e as multas também estariam nesse arsenal.

Comentou ainda, pela primeira vez, a aprovação da incorporação de Furnas pela Eletrobras, a qual vinha sendo veementemente contra. Ele pediu à Justiça status de amicus curiae — amigo da corte, que participa dos debates do caso e acompanha o processo. Críticos afirmam que Silveira, ex-deputado e ex-senador por Minas, estaria só preocupado com sua base eleitoral. O ministro, por sua vez, diz ver risco para o fornecimento com as reduções de quadros pela empresa privatizada. "Nada contra o lucro, mas o setor elétrico é como o setor de saúde, você não pode olhar com olhos exclusivamente de rentabilidade (...), a não do Estado nesse setor tem que ser tão forte quanto na segurança, na saúde e na educação, que são constitucionalmente protegidos."

Governo vê mudança no comando da Vale como brecha para tentar emplacar Mantega

Cátia Seabra e Nicola Pamplona

BRÁSIL, 16 DE JANEIRO A proximidade do fim do mandato de Eduardo Bartolomeu no comando da Vale é vista pelo governo como uma oportunidade para tentar ampliar sua influência sobre a gestão da mineradora, hoje uma empresa sem controlador definido. Fontes do Planalto dizem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não decidiu se emplacar o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega no comando da companhia, mas a ideia estaria nas regras de governança falta de apoio de grandes acionistas. A hipótese mais realista, portanto, é de ocupar uma das 11 cadeiras do conselho de administração, o que garantiria ao governo ao menos o poder de opinar sobre os negócios da maior companhia de mineração da brasileira, que tem opera-

ções em mineração, siderurgia, energia e logística. Segundo aliados, Lula avalia que Mantega tem sido inquestionado e deve ter um papel de relevância. O ex-ministro mostra entusiasmo com a ideia de integrar o conselho da Vale.

Avaga, dizem fontes, poder-se-ia indicar pela Cosan, empresa que presidiu, e hoje acionistas relevantes da Vale. Mas não há consenso entre os acionistas privados. Ainda que tenha o capital-público, a gestão da Vale ainda sofre forte influência dos principais acionistas: Bradesco, a Prev, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, e a japonesa Mitsui.

Das grandes gestões, o Brasil tem grandes gestões de investimentos, BlackRock Capital Group, também tem fatias relevantes na companhia, que nos três perí-



Então titular da pasta, Guido Mantega chega à sede do Ministério da Fazenda, em Brasília

ros trimestres de 2023 acumulou lucro de R\$ 37,9 bilhões. A decisão pode ser debatida em reunião do conselho de administração no dia 31. O colegiado tem a palavra final sobre o novo presidente — podendo até reconduzir Bartolomeu, que já disse que não gostaria de sair.

A composição atual do colegiado tem oito membros independentes, escolhidos por investidores institucionais, dois representantes da Prev, um do Bradesco e um da Mitsui, e um representante dos trabalhadores da companhia.

Seus mandatos vão até 2025, um empecilho adicional aos planos do governo, já que a indicação de um novo membro dependeria da renúncia ou da transferência de algum membro para novo cargo. A substituição de um dos indicados pela Prev seria outra opção. A pressão por influência na mineradora repete histórico do segundo mandato de Lula, quando o presidente teve embates com Roger Agnelli, que tocava um plano de internacionalização das operações. Agnelli deixou o comando

da mineradora em 2021. Foi substituído por Murilo Ferreira, visto à época como candidato preferido da então presidente Dilma Rousseff.

Na época, o BNDES tinha também participação relevante na empresa, o que facilitava os planos do governo. A fatia, porém, foi vendida durante o governo Jair Bolsonaro (PL). O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, defende a indicação de Mantega. "Guido exerceu funções públicas relevantes no BNDES, no Planejamento e na Fazenda e possui as qualidades necessárias para também exercer funções importantes na iniciativa privada. É um quadro que precisa ser valorizado e que pode contar com o meu apoio."

Embora sem participação direta no Conselho, o governo tem direito a uma cadeira no conselho fiscal da companhia, bem como o direito à golden share que ficou com a União após a privatização. Há a vaga à ocupada pelo secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan. A seu entendimento termina na Assembleia de acionistas de 2024.